

A detailed architectural line drawing of the main entrance of the University of Paraná. The drawing shows a grand portico with several tall, fluted columns supporting a heavy entablature. The pediment above the columns is inscribed with the text 'UNIVERSIDADE DO PARANÁ'. To the right of the main portico, there are several arched windows and doorways on the upper floors, some with decorative moldings. The drawing is executed in a fine-line, etched style.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NAILA MAINA LAGROTERIA OLIVEIRA FARIA

**A FORMAÇÃO CONTINUADA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE
MATINHOS –PR**

MATINHOS

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NAILA MAINA LAGROTERIA OLIVEIRA FARIA

A FORMAÇÃO CONTINUADA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE
MATINHOS –PR

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão da
Especialização em Gestão e Processos em Educação, Di-
versidade e Inclusão Universidade Federal do Paraná,
Setor Litoral

Orientador: Prof. .Dr. Maurício Cesar Vitoria Fagundes

MATINHOS

2018

A Formação Continuada na Rede Municipal de Ensino da cidade de Matinhos - PR

Naila Maina Lagroteria Oliveira Faria

RESUMO

O artigo presente visa problematizar a importância da formação continuada para os professores da rede pública do município de Matinhos - PR. O objetivo é refletir sobre o impacto que o curso de extensão de Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, promovido pela Universidade Federal do Paraná, setor Litoral, ocasionou para o coletivo formado por esses docentes. A metodologia utilizada foi de pesquisa participante, usando como instrumento de trabalho a observação que foram feitas no decorrer das aulas e anotações das falas dos sujeitos envolvidos na pesquisa em um diário de campo. A devolutiva dos professores envolvidos no processo como as demandas levantadas que foram sanadas pelos módulos ofertados e a amizade consolidadas no ambiente de trabalho entre seus pares, fizeram que um bom resultado fosse alcançado. Buscando um olhar de escuta atenta dos envolvidos, buscou ensinamentos deixados por Freire para consolidar a pesquisa assim como Brandão para repensarmos em pesquisa participante.

Palavras chaves: Formação Continuada. Docência. Escola.

Introdução

A importância da formação continuada é algo explícito em nossa contemporaneidade, tanto para os egressos das universidades quanto para os docentes que já atuam nas redes de ensino. Seja a formação por meio de aulas presenciais, que visam em um aperfeiçoamento constante em sua área profissional, uma vez que o cotidiano escolar se manifesta para aprendizados constantes, assim como, o movimento de aceleração de abertura dos cursos de licenciaturas na modalidade de educação a distância, onde se nota uma maior necessidade para suprir um contingente de graduados, que muitas vezes não conseguiram uma habilidade acadêmica completa em seus cursos.

São encontrados em muitos regimentos escolares, assim como em leis e diretrizes o amparo para que a formação continuada seja de fato efetivada para os profissionais da

área da educação, porém muitos discursos de gestores da educação, dos secretários aos diretores e coordenadores, a fala remete que no ambiente escolar possui inúmeras demandas ficando em segundo plano proporcionar uma formação continuada, e assim fica negligenciada por falta de participação política pedagógica dos próprios envolvidos.

A escrita desse artigo foi motivada em consequência dos movimentos docentes gerados durante a realização de um processo de formação continuada, desenvolvido por meio de um curso de extensão oferecido aos professores da rede municipal do município de Matinhos.

Tem por objetivo levantar questionamentos que levem a reflexão de como a formação continuada oferecida através do curso de extensão, foi importante para a vida profissional dos docentes envolvidos.

A formação em foco teve como sujeitos profissionais da educação infantil na rede pública municipal da cidade Matinhos PR, formando um grupo de 17 pessoas.

A metodologia utilizada para escrita desse artigo dialogou com a pesquisa participante com aporte em Brandão "o que está em questão aqui não é a utilização da pesquisa para fins de exploração, dominação ou manipulação, mas é a própria natureza da pesquisa, enquanto instrumento, o que ela impõe, a sua natureza (Brandao et al,1987, p. 77) da qual o mediador do grupo observado, buscou trazer indagações a serem discutidas e sanadas pelo próprio coletivo.

As falas dos docentes foram registradas em um diário de campo. Os diálogos produzidos ao longo do processo foram se lapidando conforme o envolvimento dos sujeitos, as articulações entre os pares nos remetem aos ensinamentos de Freire, que em seu livro Extensão ou Comunicação nos deixa o aprendizado de que "Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes" (FREIRE, 2017) e assim todo coletivo contribuiu na formação continuada.

As principais temáticas levantadas pelo grupo foram a gestão democrática e gestão inclusiva. Temas destacados pelo coletivo como relevantes para suas práticas docentes, o que proporcionou um processo de formação continuada para o coletivo, sanando demandas que em suas graduações não obtiveram.

O artigo trata em si de uma abordagem reflexiva do percurso realizado durante dois meses e meio com uma carga horaria de 160 h, potencializando elementos dos módulos estudados que dialogam com autores que visam uma educação emancipatória e uma articulação do papel político pedagógico nas escolas públicas.

A Multiplicação na oferta de Formação Continuada

A formação aqui referenciada fez parte do complemento curricular do curso de especialização em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, em que a proposta era de multiplicar os módulos recebidos na especialização para um grupo de pessoas interligados na área da educação, assim sendo passamos a utilizar a nomenclatura de Multiplicação para essa ação.

O convite feito para a comunidade desse município atraiu professores e gestores que tinham muitos objetivos a serem alcançados, que pode ser observado pela fala que demonstra suas motivações, as quais destaco a seguir: “[...] a necessidade de se aprimorar como docente”, assim nota-se a busca em ampliar seus conhecimentos profissionais, como sabemos que não devemos estacionar no tempo, temos que sempre buscar fontes que nos enriquecem de novos conhecimentos, assim na sala de aula sabemos que é recorrente.

Outras falas trazidas como “[...] o interesse pelos módulos ofertados”, “[...] buscar novos conhecimentos”, “[...] nota-se que para esse município existe uma carência por parte da gestão pública municipal em promover cursos de aperfeiçoamento, assim buscou-se trabalhar como o direito garantido por lei para que esse coletivo pudesse reivindicar aos órgãos responsáveis. Porém, foi possível perceber que ao levantar essa questão de seus direitos na formação continuada, o coletivo demonstrou um certo receio de dialogar com a secretária de educação, é como se estivessem já conformadas, que não adianta fazer nada, que eles não atenderão às suas necessidades.

Esses foram alguns relatos escritos na ficha de inscrição das cursistas. Todavia na roda de conversa da nossa primeira apresentação pode-se observar que a maioria das professoras (será usado o gênero feminino pois o grupo só tinha mulheres) buscava como meta principal a elevação de cargo funcional, “[...] estou no curso, pois estou para me aposentar e busco elevação no cargo, “[...] nunca é proporcionado cursos, estou nele para elevação de cargo, não vou mentir”.

Entretanto esse objetivo pontual, apontado pelas participantes foi sendo mudado de acordo com o processo dos envolvidos na multiplicação, relatos como: “[...] a falta da formação continuada aos profissionais desse município vem de muitos anos, não temos isso, o que temos são três reuniões pedagógicas, que acontecem no começo, meio e final de ano [...]”, assim o coletivo começou a dar um valor maior para o curso ofertado. A intenção começou a ser direcionada para a importância de problematizar dúvidas cotidianas existentes na escola, através dos textos e vídeos compartilhados nas aulas no decorrer do curso, as docentes, em rodas de conversa, dialogavam entre si suas práticas profissionais, refletindo com o que poderiam repensar ao dialogarem com o embasamento teórico

Os processos de formação continuada podem ser valiosíssimos, se conseguirem aproximar os pressupostos teóricos e a prática pedagógica. A formação continuada deve ser capaz de conscientizar o professor de que teoria e prática são “dois lados da mesma moeda”, que a teoria o ajuda a compreender melhor a sua prática e a lhe dar sentido e, conseqüentemente, que a prática proporciona melhor entendimento da teoria ou, ainda, revela a necessidade de nela fundamentar (CHIMENTAO, 2009, p.5)

O grupo dessas professoras estava formado em categorias, da seguinte forma: dez professoras, três diretoras, duas coordenadoras pedagógicas e uma atendente infantil, todas exercem a profissão em CMEIs (Centro Municipal de Educação Infantil) e por fim uma universitária da licenciatura em educação física.

A estrutura curricular da Multiplicação abordou 4 módulos, Gestão Democrática e Educação Popular, Gestão Inclusiva, Gestão de Diversidade e Gestão na Educação Infantil, entretanto, neste artigo será ressaltado apenas dois módulos desse processo para caracterizar com maior ênfase a trajetória do curso, o Módulo de Gestão Democrática e Educação Popular e o Módulo de Gestão Inclusiva.

A importância da formação continuada para o profissional da rede pública de educação foi altamente questionada pelo grupo de participantes. Foram levantadas questões bem pontuais, acerca da realidade em que vivem, como: por que a rede municipal de educação de Matinhos não proporciona a formação continuada aos professores em exercício? Explicitavam por meio de suas falas as insatisfações pela ausência de capacitações e ao mesmo tempo revelando entender sua importância para o exercício da docência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, no artigo 62 inciso I destaca no “§ 1º que: “a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009)”, assim sendo deveria ser um esforço então do governo federal, governo estadual e municipal.

Ao nos reportamos para as políticas públicas municipal, o Plano Decenal para Educação do município de Matinhos, elenca uma proposta efetivada por lei em 2014, na demanda das estratégias propostas para garantir a qualidade na Educação Infantil destaca-se “[...] Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da Educação Infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior”.

Com muitas leis amparando a formação continuada, é importante refletir como “a busca pela qualidade da educação e por uma escola comprometida com a formação para cidadania tem exigido um repensar da formação dos professores” (MENDONÇA, 2008,

p.31), para que a formação continuada não seja apenas acúmulos de títulos, mas que realmente seja uma política de educação com objetivos de sanar uma graduação precária.

Podemos observar que em documentos oficiais está previsto a formação continuada, porém ela é de fato quase inexistente para rede de ensino. Quando vemos que na lei, já citada acima, proporciona que aconteça um esforço dos governos federais, estaduais e municipais, podemos entender que isso possa servir de abertura para futuras parcerias, porém foi observado pela multiplicadora/pesquisadora, que a aproximação com a Secretaria Municipal de Educação não teve grande reciprocidade, uma vez que a coordenação pedagógica forneceu o espaço físico, entretanto se ausentou de qualquer outra forma de aproximação, seja em uma visita de incentivo as cursistas ou até mesmo na oferta de um lanche para as mesmas.

Gestão Democrática e Educação Popular

A partir da realidade vivida pelas cursistas, adentramos sobre a problematização da Gestão Democrática em suas escolas, a participação efetiva da comunidade escolar e dentre as várias outras demandas destacamos no início a construção coletiva com os pais, professores, alunos e funcionários do Plano Político Pedagógico da escola, assim como também levantamos importância da votação para a gestão escolar, assuntos caracterizados como utopia para o coletivo.

Toda vez que se propõe uma gestão democrática da escola pública básica que tenha efetiva participação de pais, educadores, alunos e funcionários da escola, isso acaba sendo considerado como coisa utópica. Acredito não ser de pouca importância examinar as implicações decorrentes dessa utopia. A palavra utopia significa o lugar que não existe. Não quer dizer que não possa vir a existir. (PARO, 2016, p. 13)

O princípio de gestão democrática está consolidado no artigo 206 da Constituição Federal, o que dá sustentação e orientação legal para muitos outros documentos se apropriarem e atuarem de fato de forma democrática nos espaços escolares.

No artigo 12 da LDB no inciso I garante que a instituição possa protagonizar seu plano político pedagógico, quando afirma que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de “ I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;” para isso também as escolas e gestores podem se apropriar do artigo 14 desse mesmo documento, que garante

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Claro que ao tentarmos atuar com esse propósito nos envolveremos com questões da gestão pública municipal, descentralização, autonomia e participação dos profissionais da área da educação, e o que se notou muitas vezes é que as docentes demonstravam não acreditar que isso é possível, ou seja, desacreditar nos subsídios das leis e não ter intenção de confrontar, cobrar dos gestores acima de seus cargos profissionais, no caso a Secretária da Educação e seus responsáveis.

Os relatos levantados pelas participantes nesse módulo eram bastante desanimadores, muitas não têm acesso ao Plano Político Pedagógico de sua escola, “[...] o documento fica guardado em um armário trancado e não temos acesso”. A elaboração do PPP de uma escola, é um processo que deveria ser construído coletivamente, ser elaborado por todos da comunidade escolar, ou, pelo menos, que, o documento esteja disponível para o público.

Nos textos trabalhados em sala vimos o quanto é importante a atuação de todos os envolvidos na escola, entendemos que “é importante termos clareza de que o projeto educacional expressa a identidade da escola. Neste sentido, tanto no momento da sua elaboração, quanto de sua execução e avaliação a escola assume e retoma a sua intencionalidade”(CINFOP, 2005, p.21).

Para se ter de fato uma Gestão Democrática na escola, deve existir um trabalho constante com toda a comunidade escolar, que os pais, alunos, docentes, administrativos, gestores possam identificar a relevância de buscar a efetivação da Gestão Democrática.

Sobre essa realidade, uma das professoras diz que: “[...] aqui a direção é por indicação, não podemos eleger, a Secretaria que seleciona o diretor ou diretora”. Já passou da hora de concretizarmos que “a democratização da educação pública também exige que tomemos uma posição muito clara quanto aos processos de escolha dos dirigentes escolares” (CINFOP, 2005, p,19), pois temos que conhecer as intenções e propostas dos dirigentes que queriam atuar como gestores, para assim votarmos e eleger de forma democrática.

A hierarquia de docentes e gestores ainda existe em excesso, em um quadro de dominação, como pode-se constatar na fala de uma das professoras cursistas: “[...] se eu questionar algo que eu ache errado na escola, sou transferida para uma outra escola, inclusive longe da minha casa, como se fosse punição”. Nota-se que as professoras estão conformadas pela política existente no local e possuem receio de questionar, com medo de perseguições.

Tais procedimentos deveriam ser banidos do serviço público, uma vez que um servidor público deve atender o público, não importando o seu cargo profissional, se é professor ou pai de aluno, os trabalhadores precisam ser respeitados, por qualquer que seja a hierarquia imposta em seu local de trabalho, deveria existir um ambiente acolhedor, para que o professor não venha ficar doente com tanto estresse acumulado, o que ocasionaria inclusive gastos públicos com seu afastamento, isso que a Gestão deveria preservar, a saúde do professor.

Módulo de Educação Inclusiva

Esse módulo dialogou com uma demanda muito atual para as cursistas, em um processo de inclusão escolar sem uma devida capacitação aos docentes assim como a ausência do quadro de profissionais específicos para determinadas deficiências, a inclusão passa a ser um processo de integração, onde o educando passa a ser colocado em uma sala de aula, porém fica excluído no processo de aprendizado e socialização pela falta de capacitação do educador envolvido.

Nesse módulo, a partir dessas inquietações, trabalhamos temáticas como: Inclusão, Integração, Exclusão, leis que embasam as políticas públicas voltadas para inclusão escolar.

Relatos sobre a graduação dos participantes foram levantadas, houve falas como “[...] em minha graduação eu nunca ouvi falar em inclusão escolar” “[...]”; na época em que eu estudei não era abordado o tema de inclusão ou diversidade”. Assim muitas falas eram parecidas sobre essa temática, e uma que se repetiu por cinco participantes presentes foi “[...] busquei participar do curso pois vi que teria o módulo de inclusão escolar e é isso que preciso para o momento”.

No desenvolvimento das discussões, à medida que emergiam temáticas de interesse coletivo, buscávamos profissionais para contribuir e aprofundarem os diálogos. O módulo contou com três convidados para abordarem essa temática, um profissional de Libras que trouxe indagações da inclusão de educandos surdos, outra docente que trouxe uma palestra sobre Dislexia, sendo que a mesma passou por um processo de inclusão em sua própria vivência escolar e contribuiu muito em sua fala para o coletivo, e a terceira profissional com especialização em Inclusão Escolar, que realizou uma palestra sobre a temática em questão e aplicou práticas metodológicas voltadas para o aperfeiçoamento em Gestão Escolar.

Conforme a demanda do grupo foi selecionado um documentário sobre o Autismo que segundo as professoras era a inclusão mais difícil que elas estavam vivenciando no momento, falas que se repetiam “[...] não consigo incluir meu aluno autista com os demais

alunos”, “[...] é difícil trabalhar com autista, não tive isso em minha graduação”, “[...] sem a assistente de classe é impossível trabalhar com o aluno autista e com a turma junto“. Embora o foco específico de nosso Curso sobre a inclusão não fosse esse, mas de uma inclusão ampla, de caráter social, foram temáticas que, com apoio de especialistas, tornaram-se possíveis de serem abordadas, de forma geral, mas ficando indicações de onde poderiam se aprofundar em cada tema da educação especial.

Esse processo reforçou a busca desses profissionais para a capacitação constante na área, por hora é sabido que a carga horária em seu trabalho é extensa, não sobrando muito tempo para estudos, porém havendo de fato cursos ofertados gratuitos nota-se que a busca será constante, uma vez que cursos em EAD cobram mensalidades, que na maior parte das vezes não podem ser supridas pela classe dos professores.

Também os cursos EAD não proporcionam a troca integral do coletivo, onde possam ser colocados suas realidades, bem como o encontro presencial permite de forma mais concreta que se fortaleça laços de amizades para trabalhos conjuntos, trocas de experiências e relatos das atividades cotidianas não são supridas em cursos particulares.

É importante destacar que nosso objetivo para esse módulo foi trabalhar a Gestão de Inclusão Escolar e discutir a diferença que isso provoca quando falamos em Integração de um aluno,

a inclusão e a integração são dois conceitos abordados frequentemente neste processo educativo, porém se configuram em dois procedimentos que apresentam significativas diferenças. A inclusão faz com que o ambiente se adapte aos educandos com necessidades especiais. Já no processo de integração, o ambiente não faz alterações, e o indivíduo precisa se adaptar à escola (SILVA, 2015, p.3).

As rodas de conversas foram se fortalecendo encontro a encontro, indagações de como melhorar em sala de aula para a satisfação pessoal, onde esses profissionais poderiam alcançar um empoderamento dos seus alunos, os levando a refletir o espaço escolar como um lugar sadio de se viver, e não em um espaço que leva aos professores a ficarem doentes por descaso de políticas públicas.

Eis a importância do curso de formação continuada, “um Programa de Formação Continuada não pode ser entendido como um processo de acumulação meramente, mas de reflexão crítica constante sobre as práticas e saberes e de reconstrução da identidade pessoal e profissional do professor” (MENDONÇA, 2008, p. 33), foi essa intenção que motivou cada encontro para coletivo.

Buscou-se problematizar a sala de aula, que a mesma possa ser repensada em um espaço mais acolhedor tanto para o aluno quanto para o professor, e assim é necessário um esforço coletivo de todas da comunidade escolar.

Considerações finais

Nos encontros finais do curso de extensão, obteve-se a devolutiva do quanto essa formação agregou na vida profissional de cada participante e de como foi importante e contemplado por todo o coletivo.

O objetivo do curso de extensão para essas professoras deixou de ser apenas o requisito para elevação de cargo, e sim passou a ser a descoberta de um espaço de trocas de experiências pela busca constante de aprimoramento nas práticas docentes e escolares.

A busca pela formação continuada em articulação do papel político pedagógico deve ser exercido em todos os espaços escolares, seja em reuniões da semana pedagógica, reuniões de conselhos escolares e principalmente nos cursos externos promovidos a esses profissionais para que se capacitem em suas demandas profissionais constantemente.

REFERÊNCIAS

BRANDAO, et al. **Repesando a pesquisa participante**/Carlos Rodrigues Brandão (org). São Paulo = Brasiliense, 1999.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Disponível em <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_atual/art_206_.asp>.

BRASIL, **LEI Nº 9.394**, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em = <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>

CINFOP, **Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública**, Curitiba, 2015.

CHIMENTAO, K.L. **O significado da formação continuada docente** IN: CONGRESSO NORTE PARANAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2009, Londrina. **Anais...** disponível <http://www.uel.br/eventos/conpef/conpef4/trabalhos/comunicacaooralartigo/artigocomo-ral2.pdf> acesso em 16/11/2018.

FREIRE, Paulo. 1921-1997 **Extensão ou comunicação?**/ Paulo Freire, tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 18ª edição – Rio de Janeiro/São Paulo- Paz e Terra, 2017.

MENDONÇA, et al. **Formação Continuada, interdisciplinaridade e inclusão social**/Marcelo Rodrigues Mendonça(Org), _ Catalão = Universidade Federal de Goiás – Campos Catalão,2008.

PARO, V. H. **Gestão Democrática da educação pública**/Vitor Henrique Paro. -4 ed. - São Paulo = Cortez,2016.

MATINHOS. **Plano Municipal de Educação de Matinhos**. Disponível em = <<https://leismunicipais.com.br/a1/plano-municipal-de-educacao-matinhos-pr>>.

SILVIA, V.T. **INCLUSÃO ESCOLAR: RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA** Congresso Educacional de Educação. 2015, Curitiba, disponível em = <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16662_8048.pdf> acesso em 16/11/2018.